



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

João Pessoa, 14 de março de 2024 * nº 0488(SUPLEMENTAR) * Pág. 001/014



PAÇO MUNICIPAL

ATOS DO PREFEITO

LEI ORDINÁRIA Nº 15.103, DE 1º DE MARÇO DE 2024.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL – FAR, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei autoriza o Poder Executivo a fazer doação de terreno pertencente ao Patrimônio do Município de João Pessoa ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, para construção de unidades habitacionais, do Programa Minha Casa, Minha Vida, de acordo com a Portaria MCID Nº 1.482, de 21 de Novembro de 2023, do Ministério das Cidades.

Art. 2º É objeto da presente doação o terreno sob Número de Ordem 154.522, do Registro Geral do 2º Ofício do Registro de Imóveis (Zona Norte) da Comarca de João Pessoa e, de acordo com a transcrição consiste em prédio nº 63, situado na Praça Vidal de Negreiros, esquina com a Avenida Padre Meira, Centro, nesta Cidade, com a denominação de Edifício AS NAÇÕES UNIDAS, estilo moderno, construído em alvenaria, concreto, ferro e cimento armado, com 06 (seis) pavimentos, sendo 01 (um térreo e 05 (cinco) superiores, contendo no Primeiro Pavimento (Térreo) dois salões, porão, contendo oito portas, quatro vitrines, 146 (cento e quarenta e seis) janelas de frente e 82 (oitenta e duas) janela de fundos, instalações de água, luz e saneamento, WC; no Segundo Pavimento contendo 15 (quinze) salas, corredor, WC, instalações de água, luz e saneamento; no Terceiro Pavimento contém 07 (sete) salas, WC, instalações de água, luz e saneamento; no Quarto Pavimento contendo 08 (oito) salas, corredor, WC, instalações de água, luz e saneamento e no Sexto Pavimento servindo para casa de máquinas, construídos os referidos pavimentos em alvenaria de tijolos, concreto e cimento armado, edificado em terreno com uma área aproximada de 793,25m².

Art. 3º O Fundo de Arrendamento Residencial – FAR não poderá, sob qualquer hipótese, dar destinação diferente aos terrenos de que trata a presente Lei, sob pena de ser a doação revogada, sem que a mesma receba qualquer indenização de edificação ou benfeitoria no terreno concedido.

Art. 4º A escritura de transferência de propriedade deverá conter cláusula de reversão do terreno, caso ocorra alteração da finalidade da doação.

Página 1 de 2

Art. 5º Não sendo implementado o objeto desta doação no prazo de 05 (cinco) anos, cessarão automaticamente os efeitos da doação, salvo ocorrência de fatos supervenientes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 1º de março de 2024, 136º da República.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
PREFEITO

Autoria: Executivo Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 15.104, DE 1º DE MARÇO DE 2024.

cria a Unidade Gestora dos Programas de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa (UGP), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica criada, dentro da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de João Pessoa, a Unidade Gestora dos Programas de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa (UGP), vinculada à Secretaria Municipal de Planejamento de João Pessoa, com o fim de executar e gerenciar o cumprimento das Resoluções para Concessão de Subvenção de Cooperação Internacional firmadas com o Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), bem como executar e gerenciar o cumprimento das normas contidas em eventual Contrato de Financiamento a ser firmado com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Art. 2º São atribuições da Unidade Gestora dos Programas (UGP):

- I - Coordenar, administrar e supervisionar a execução dos Programas advindos da Resolução para Concessão de Subvenção de Cooperação Internacional firmado entre Município de João Pessoa e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), e eventual Contrato de Financiamento a ser celebrado entre o Município de João Pessoa e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD);
- II - Representar o Beneficiário junto a AECID e a AFD, bem como junto aos órgãos de controle interno e externo, assim como junto às auditorias das duas Agências;
- III - Propor ao Gabinete do Prefeito os instrumentos para a formalização das participações dos órgãos envolvidos na execução das ações dos Programas, quando oportuno;
- IV - Formalizar mecanismos adequados de articulação institucional, programática e financeira para a execução dos componentes e atividades dos Programas, com os diversos níveis da administração municipal envolvidos com o Programa;
- V - Elaborar termos de referência e orçamentos para contratação de serviços;
- VI - Acompanhar o processo técnico de preparação, análise e aprovação dos projetos dos demais órgãos participantes;
- VII - Elaborar e encaminhar as propostas orçamentárias anuais dos Programas às áreas competentes;

Página 1 de 12

- VIII - Instruir e conduzir os processos de contratação, através das suas coordenações e Comissão de Especial de licitação no âmbito dos Programas, acompanhar o andamento dos processos e solicitar a não objeção da AECID e AFD, conforme for o caso;
- IX - Elaborar a programação financeira e solicitar a liberação de recursos da contrapartida local às áreas competentes, quando necessário;
- X - Monitorar o cumprimento dos contratos de serviços constantes dos Programas, a fim de identificar as ocorrências capazes de provocar atrasos ou distorções no avanço físico financeiro dos Programas;
- XI - Monitorar o cumprimento dos acordos de cooperação técnica e convênios firmados entre o Município e outros órgãos, visando à boa execução dos Programas;
- XII - Elaborar e encaminhar a AECID e a AFD as prestações de contas dos Programas e as solicitações de liberação de recursos de financiamento;
- XIII - Manter os registros financeiros e contábeis adequados que permitam identificar apropriadamente os recursos do empréstimo e de outras fontes dos Programas;
- XIV - Elaborar e encaminhar a AECID e a AFD os Relatórios de Progresso, Demonstrativos Financeiros Anuais Auditados e demais documentos dos Programas, segundo as disposições da Concessão de Subvenção de Cooperação Internacional e do Contrato de Empréstimo respectivamente;
- XV - Prestar as informações necessárias ao órgão de controle interno do Município, à empresa de auditoria externa e ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba;
- XVI - Garantir os meios e as condições necessárias de apoio técnico para a análise e o monitoramento das ações, propostas e produtos relacionados com a execução dos Programas;
- XVII - Promover e divulgar as ações dos Programas, em consonância com o Plano de Comunicação;
- XVIII - Elaborar os Termos de Recebimento Definitivos (TRDs) das consultorias, obras, bens e serviços; e
- XIX - Outras atividades vinculadas à administração geral dos Programas.

Art. 3º A UGP será composta pelas seguintes coordenações e especialistas:

- I – Coordenação Geral;
- II – Coordenação Executiva;
- III – Coordenação do projeto de Urbanização e recuperação do rio Jaguaribe;
- IV – Coordenação do projeto de Reestruturação do sistema de transporte público;
- V – Coordenação do projeto de Melhoria da mobilidade e acessibilidade da área central;
- VI – Coordenação de Aspectos Ambientais;
- VII – Coordenador de Aspectos Sociais;
- VIII – Coordenador Administrativo e Financeiro;
- IX – Comissão Especial de Licitações e Contratações com Recursos de Financiamento de Organismos Internacionais

Página 2 de 12

Art. 4º O Coordenador Geral da UGP será o principal interlocutor da Prefeitura Municipal com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com a função primordial de coordenar e supervisionar a execução das atividades previstas nos Programas, especialmente:

I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das ações e atividades definidas no âmbito dos Programas;

II - coordenar e orientar a equipe integrante da UGP, promovendo o alcance das metas previstas e garantindo a observância dos padrões e normas estabelecidos na Resolução para Concessão de Subvenção;

III - coordenar a elaboração do Plano Operativo Anual (POA), do Plano de Aquisições (PA), do Plano Financeiro (PF) e demais instrumentos de planejamento dos Programas;

IV - representar a UGP nos relacionamentos institucionais necessários à adequada implantação dos Programas;

V - constituir-se em interlocutor formal nos relacionamentos técnicos e operacionais com a AECID para os assuntos dos Programas;

VI - aprovar as licitações referentes a aquisições de bens e serviços, avaliar os correspondentes contratos e diligenciar o processo de homologação junto ao Secretário de Planejamento do Município de João Pessoa;

VII - promover a articulação entre a UGP e as demais entidades representativas do poder público estadual e municipal, quando couber;

VIII - mobilizar as áreas das entidades participantes das ações dos Programas, visando ao adequado envolvimento na sua execução;

IX - submeter aos titulares das entidades envolvidas e participantes do Comitê Gestor dos Programas o relatório anual de gestão da UGP.

Parágrafo único. Caberá aos assessores especiais dar suporte técnico e administrativo as decisões e demais demandas do respectivo coordenador, dentro das funções e atribuições da pasta temática coordenação.

Art. 5º O Coordenador Executivo terá como função primordial apoiar o Coordenador Geral na execução das atividades previstas no Programa e, em especial:

I - auxiliar o Coordenador Geral a planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das ações e atividades definidas no âmbito dos Programas;

II - auxiliar o Coordenador Geral a coordenar e orientar a equipe integrante da UGP, promovendo o alcance das metas previstas e garantindo a observância dos padrões e normas estabelecidos nos instrumentos contratuais firmados, a exemplo do contrato de empréstimo e de Regulamento Operacional dos Programas, se houver;

Página 3 de 12

III - auxiliar o Coordenador Geral a gerenciar a implantação das atividades previstas no Programa e seus documentos de planejamento, articulando as áreas internas da UGP com a estrutura municipal e buscando sinergias com as demais áreas envolvidas com o Programa;

IV - auxiliar o Coordenador Geral a coordenar a elaboração do Plano Operativo Anual (POA), do Plano de Aquisições (PA), do Plano Financeiro (PF) e demais instrumentos de planejamento dos Programas;

V - supervisionar a execução do POA, do PA e do PF, com vistas a garantir a consecução das metas e objetivos previstos;

VI - coordenar todas as ações relacionadas com o sistema de monitoramento e avaliação dos programas, a partir da consolidação dos indicadores de impactos estratégicos e com base nos indicadores da matriz de resultados;

VII - acompanhar as ações relacionadas com o sistema de monitoramento e avaliação dos Programas, para a apresentação dos relatórios de progresso e demais relatórios constantes em instrumento contratual, inclusive eventual contrato de empréstimo firmado;

VIII - coordenar as atividades das empresas consultoras de apoio ao gerenciamento e de supervisão de obras para que o aporte dos profissionais necessários seja feito de forma oportuna, de acordo com as necessidades da execução dos Programas;

IX - coordenar as ações relativas aos aspectos socioambientais relacionados à implantação dos Programas;

X - auxiliar o Coordenador Geral a articular-se com a Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN) e com a Secretaria de Finanças (SEFIN), para a necessária tramitação dos assuntos relacionados, respectivamente, aos requerimentos orçamentários e financeiros do Programa;

XI - promover a integração dos Programas às demais ações que lhe são complementares, mantendo os entendimentos e acordos para tanto necessários;

XII - auxiliar o Coordenador Geral a aprovar as licitações referentes a aquisições de bens e execução de obras e serviços, avaliar os correspondentes contratos e diligenciar o processo de homologação junto ao Secretário de Planejamento do Município de João Pessoa;

XIII - elaborar informes periódicos sobre as atividades desenvolvidas pela UGP;

XIV - elaborar e submeter aos titulares das entidades envolvidas e participantes do CGP o relatório anual de gestão da UGP;

XV - previamente ao aceite de obras de contrapartida, prover a AFD evidência da consistência das obras com as políticas setoriais da Agência, incluindo as políticas de salvaguardas ambientais e sociais aplicáveis ao Programa.

Art. 6º Ao Coordenador do projeto de Urbanização e Recuperação do rio Jaguaribe compete:

I - promover a observância das normas e padrões estabelecidos na Subvenção de Cooperação Internacional, no contrato de empréstimo, no Regulamento Operacional dos

Página 4 de 12

Programas e as normas técnicas pertinentes, bem como a supervisão técnica relativa à implantação das ações recorrentes, visando ao alcance das metas definidas;

II - assessorar o Coordenador Geral e coordenar a implantação de projetos de urbanização integrada de áreas de urbanização e recuperação do rio Jaguaribe;

III - assessorar o Coordenador Geral e coordenar a implantação de projetos das áreas de urbanização e recuperação do rio Jaguaribe;

IV - assessorar o Coordenador Geral para reportar sobre a implantação dos projetos de contrapartida dos Programas;

V - assessorar o Coordenador Geral e coordenar a implantação das obras de infraestrutura complementar como rede de drenagem, pavimentação de vias e construção de equipamentos públicos e espaços de lazer nas áreas de urbanização e recuperação do rio Jaguaribe;

VI - elaborar o módulo do POA relativo aos projetos e obras de áreas de urbanização e recuperação do rio Jaguaribe;

VII - coordenar, supervisionar e avaliar a elaboração de orçamentos e de especificações técnicas, quando couber;

VIII - acompanhar e assegurar a aprovação dos projetos referentes a áreas de urbanização e recuperação do rio Jaguaribe, junto às diversas instâncias envolvidas no processo, para os devidos licenciamentos;

IX - apoiar a elaboração de relatórios sobre o estado e processo do programa de contrapartida, com a informação requerida pela AFD;

X - coordenar a supervisão das obras e serviços de engenharia no âmbito da AFD;

XI - analisar os relatórios emitidos pela empresa de apoio à supervisão de obras, emitir parecer sobre a elaboração dos produtos e medições de serviços e obras, antes da emissão da nota fiscal/fatura pelos diversos fornecedores que serão contratados no âmbito do Programa da AFD;

XII - administrar os contratos, no tocante aos prazos de execução;

XIII - prover informações atualizadas sobre o andamento dos projetos e obras integrantes dos Programas;

XIV - manter registros e toda documentação referente aos projetos e obras da matriz de investimentos, de forma sistematizada e informatizada, no que couber;

XV - acompanhar a execução de todas as ações previstas no plano de mitigação, no que diz respeito às áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo;

XVI - coordenar as ações de monitoramento dos indicadores de impactos estratégicos relacionados com as ações de arquitetura, urbanismo e engenharia, como parte do sistema de monitoramento e avaliação dos Programas;

XVII - alimentar o Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação dos Programas, no que lhe couber;

XVIII - orientar a gerenciadora na elaboração dos Termos de Referências e participar das reuniões de validação desses, por ela elaborados, quando couber;

XIX - elaborar pareceres técnicos em sua área de competência; e

Página 5 de 12



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: **Cícero de Lucena Filho**

Vice-Prefeito: **Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti**

Sec. de Gestão Governamental: **Diego Tavares de Albuquerque**

Secretaria de Administração: **Arisvaldo de Andrade Alves**

Secretaria de Saúde: **Luis Ferreira de Sousa Filho**

Secretaria de Educação: **Maria América Assis de Castro**

Secretaria de Planejamento: **Ayrton Lins Falcão Filho**

Secretaria de Finanças: **Brunno Sítio Fialho de Oliveira**

Secretaria de Desenv. Social: **Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia**

Secretaria de Habitação: **Maria Socorro Gadelha**

Secretaria de Comunicação: **Janildo Jerônimo da Silva**

Controlad. Geral do Município: **Diego Fabrício C. de Albuquerque**

Secretaria de Direitos Humanos: **João Carvalho da Costa Sobrinho**

Procuradoria Geral do Município: **Bruno Augusto A. da Nóbrega**

Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: **Rouger Xavier G. Júnior**

Secretaria da Receita: **Sebastião Feitosa Alves**

Secretaria da Infra Estrutura: **Rubens Falcão da Silva Neto**

Sec. de Desenvolvimento Econômico do Trabalho: **Vaulene de Lima Rodrigues**

Sec. Juventude, Esporte e Recreação: **Kaio Márcio Ferreira Costa**

Secretaria de Turismo: **Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes**

Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres: **Ivone de Carvalho Martins**

Sec. de Desenvolvimento Urbano: **Antônio Fábio Soares Carneiro**

Sec. da Ciência e Tecnologia: **Guido Lemos de Souza Filho**

Secretaria de Meio Ambiente: **Welison Araújo Silveira**

Sec. de Segurança Urbana e Cidadania: **João Almeida de Carvalho Júnior**

Secretaria da Defesa Civil: **Kelson de Assis Chaves**

Supr. de Mobilidade Urbana: **Expedito Leite Silva Filho**

Autarqu. Esp. Munic. de Limp. Urbana: **Ricardo Jose Veloso**

Instituto de Previdência do Munic.: **Caroline Ferreira Agra**

Fundação Cultural de João Pessoa: **Antônio Marcus Alves de Souza**

DIÁRIO OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - **Orleide Maria de O. Leão**
Designer Gráfico - **Emilson Diniz e Fábio Evangelista**

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental
Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340
Pabx: 83 3213.5277
diariompj@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa
Criado pela Lei Municipal nº 14.457, de 22 de março de 2022
Centro Administrativo Municipal
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br

XX - elaborar relatório semestral das atividades desenvolvidas pelos Programas, em sua área de competência.

Parágrafo único. Caberá aos assessores especiais dar suporte técnico e administrativo as decisões e demais demandas do respectivo coordenador, dentro das funções e atribuições da coordenação.

Art. 7º. Ao Coordenador do projeto de Melhoria da mobilidade e acessibilidade da área central compete:

- I - promover a observância das normas e padrões estabelecidos na Resolução para Concessão de Subvenção e contrato de financiamento, nas normas técnicas pertinentes, bem como a supervisão técnica relativa à implantação das ações recorrentes, visando ao alcance das metas definidas;
- II - assessorar o Coordenador Geral e coordenar a elaboração de projetos básicos, executivos e execução de obras de Melhoria da Mobilidade e Acessibilidade da Área Central;
- III - orientar, analisar e aprovar os projetos de melhoria dos instrumentos de gestão e planejamento urbano, territorial e ambiental;
- IV - coordenar, supervisionar e avaliar a elaboração de orçamentos e de especificações técnicas, quando couber;
- V - administrar os contratos, no tocante aos prazos de execução;
- VI - prover informações atualizadas sobre o andamento dos projetos integrantes dos Programas;
- VII - manter registros e toda documentação referente aos projetos e serviços da matriz de investimentos, de forma sistematizada e informatizada, no que couber;
- VIII - elaborar o plano de mitigação, no que diz respeito às áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo, no que couber;
- IX - coordenar as ações de monitoramento dos indicadores de impactos estratégicos relacionados com as ações de arquitetura, urbanismo e engenharia, como parte do sistema de monitoramento e avaliação dos Programas;
- X - alimentar o Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação dos Programas, no que lhe couber;
- XI - elaborar os Termos de Referências e participar das reuniões de validação desses, por ela elaborados, quando convocado;
- XII - participar de todas as atividades que envolvam projetos e obras de engenharia, arquitetura e urbanismo;
- XIII - elaborar pareceres técnicos em sua área de competência; e
- XIV - elaborar relatório das atividades desenvolvidas pelo Programa, em sua área de competência.

Parágrafo único. Caberá aos assessores especiais dar suporte técnico e administrativo as decisões e demais demandas do respectivo coordenador, dentro das funções e atribuições da coordenação.

Art. 8º. Ao Coordenador do projeto de Reestruturação do sistema de Transporte Público compete:

- I - promover a observância das normas e padrões estabelecidos na Resolução para Concessão de Subvenção e contrato de financiamento, nas normas técnicas pertinentes, bem como a supervisão técnica relativa à implantação das ações recorrentes, visando ao alcance das metas definidas
- II - assessorar o Coordenador Geral e coordenar a elaboração de projetos básicos, executivos e execução de obras de Reestruturação do Transporte Público;
- III - orientar, analisar e aprovar os projetos de melhoria dos instrumentos de gestão e planejamento urbano, territorial e ambiental;
- IV - coordenar, supervisionar e avaliar a elaboração de orçamentos e de especificações técnicas, quando couber;
- V - administrar os contratos, no tocante aos prazos de execução;
- VI - prover informações atualizadas sobre o andamento dos projetos integrantes dos Programas;
- VII - manter registros e toda documentação referente aos projetos e serviços da matriz de investimentos, de forma sistematizada e informatizada, no que couber;
- VIII - elaborar o plano de mitigação, no que diz respeito às áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo, no que couber;
- IX - coordenar as ações de monitoramento dos indicadores de impactos estratégicos relacionados com as ações de arquitetura, urbanismo e engenharia, como parte do sistema de monitoramento e avaliação dos Programas;
- X - alimentar o Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação dos Programas, no que lhe couber;
- XI - elaborar os Termos de Referências e participar das reuniões de validação desses, por ela elaborados, quando convocado;
- XII - participar de todas as atividades que envolvam projetos e obras de engenharia, arquitetura e urbanismo;
- XIII - elaborar pareceres técnicos em sua área de competência; e
- XIV - elaborar relatório das atividades desenvolvidas pelo Programa, em sua área de competência.

Parágrafo único. Caberá aos assessores especiais dar suporte técnico e administrativo as decisões e demais demandas do respectivo coordenador, dentro das funções e atribuições da coordenação.

Art. 9º. Ao Coordenador de Aspectos Ambientais compete:

- I - assessorar o Coordenador Geral nos assuntos de natureza ambiental e coordenar as ações de meio ambiente e promover a observância das normas e padrões estabelecidos na Resolução para Concessão de Subvenção e contrato de financiamento, nas normas técnicas pertinentes, bem como a supervisão técnica relativa à implantação das ações recorrentes, visando ao alcance das metas definidas
- II - fazer o seguimento de todos os requisitos ambientais de modo a assegurar o cumprimento com todas as cláusulas ambientais nos prazos estabelecidos;
- III - prover apoio técnico no planejamento inicial das ações ambientais previstas para cada projeto;
- IV - planejar, coordenar, fiscalizar e avaliar as atividades relativas a estudos, planos e projetos de cunho ambiental, de forma coordenada com os técnicos envolvidos com as ações correlatas;
- V - definir a modelagem técnica, orientar, fiscalizar, acompanhar, avaliar e aprovar os projetos relacionados aos componentes dos Programas, de natureza ambiental;
- VI - coordenar a implantação das ações relativas aos aspectos ambientais relacionados ao Programa;
- VII - apoiar e avaliar a análise relativa a produtos que envolvam, mesmo que indiretamente, as áreas de meio ambiente;
- VIII - fiscalizar as ações relativas às intervenções que envolvam o meio ambiente;
- IX - fiscalizar e avaliar o cumprimento dos requisitos socioambientais previstos nos estudos de impacto e de controle ambiental (RAS, EIA/RIMA, PBA, PCA e outros), nos contratos com as empresas contratadas, na legislação e nas normas nacionais e estaduais e nas licenças ambientais concedidas pela autoridade licenciadora;
- X - articular-se com as autoridades ambientais, no que diz respeito aos processos de licenciamento ambiental dos componentes dos Programas, quando couber;
- XI - orientar a consultoria do apoio ao gerenciamento na elaboração dos TDR e orçamentos e participar das reuniões de validação desses, por ela elaborados, quando convocado;
- XII - participar da elaboração dos Termos de Recebimento Definitivos (TRD) dos contratos das consultorias, bens e serviços, quando aplicável;
- XIII - elaborar relatório das atividades desenvolvidas pela Coordenação, em sua área de competência.

Parágrafo único. Caberá aos assessores especiais dar suporte técnico e administrativo as decisões e demais demandas do respectivo coordenador, dentro das funções e atribuições da coordenação.

Art. 10. Ao Coordenador de Aspectos Sociais compete:

- I - planejar, coordenar, fiscalizar e supervisionar as atividades relativas a estudos e projetos de caráter social, promovendo a observância das normas e padrões estabelecidos na Resolução para Concessão de Subvenção;
 - II - assessorar o Coordenador Geral no campo das intervenções em ações sociais dos Programas, para assegurar cumprimento das salvaguardas sociais da AECID;
 - III - facilitar o diálogo e a coordenação entre a UGP e as secretarias municipais envolvidas nas intervenções sociais dos Programas;
 - IV - apresentar, periodicamente, ao Coordenador Geral da UGP a avaliação sobre a eficiência dos projetos de natureza social;
 - V - elaborar relatório das atividades desenvolvidas pelo Programa, em sua área de competência;
 - VI - elaborar relatório das atividades desenvolvidas pela Coordenação, em sua área de competência, para subsidiar o Relatório de Progresso da UGP, considerando todas as questões ambientais e sociais envolvidas;
 - VII - coordenar as ações de monitoramento dos indicadores de impactos estratégicos de cunho social, como parte do sistema de monitoramento e avaliação dos Programas;
 - VIII - coordenar as ações referentes a dar respostas e prover informação aos questionamentos de caráter social formulados pela sociedade civil e outras partes interessadas ou afetadas pelas atividades previstas;
 - IX - elaborar pareceres técnicos em sua área de competência.
- Parágrafo único.** Caberá aos assessores especiais dar suporte técnico e administrativo as decisões e demais demandas do respectivo coordenador, dentro das funções e atribuições da pasta temática coordenação.

Art. 11. Ao Coordenador Administrativo e Financeiro compete:

- I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar, juntamente com o Coordenador Geral, os assuntos relativos à gestão financeira dos Programas;
- II - coordenar a elaboração e formalização das propostas orçamentárias anuais dos Programas;
- III - preparar a documentação necessária à tramitação dos pedidos de liberação de recursos;
- IV - elaborar e emitir solicitação de desembolso, após aprovação do Coordenador Geral;
- V - solicitar liberação de recursos, no que se refere à contrapartida;
- VI - emitir requisição de empenho das despesas inerentes ao Programa e encaminhar à SEFIN;
- VII - solicitar à SEFIN a efetivação dos pagamentos dos gastos relacionados com o Programa;
- VIII - coordenar a elaboração de relatório de prestação de contas;
- IX - coordenar o processo de contabilização geral dos gastos dos Programas;
- X - elaborar relatórios periódicos sobre a movimentação financeira dos Programas;

Assinado por 1 pessoa: CICERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1doc.com.br/verificacao/0DE5-1AQE-7E3A-8428> e informe o código 0DE5-1AQE-7E3A-8428



Assinado por 1 pessoa: CICERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1doc.com.br/verificacao/0DE5-1AQE-7E3A-8428> e informe o código 0DE5-1AQE-7E3A-8428



Assinado por 1 pessoa: CICERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1doc.com.br/verificacao/0DE5-1AQE-7E3A-8428> e informe o código 0DE5-1AQE-7E3A-8428



Assinado por 1 pessoa: CICERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1doc.com.br/verificacao/0DE5-1AQE-7E3A-8428> e informe o código 0DE5-1AQE-7E3A-8428



XI - prestar as informações necessárias à empresa de auditoria externa dos Programas, ao órgão de controle interno do Município, à Procuradoria Geral do Município (PGM) e ao TCE, quando for o caso;

XII - implantar normas e sistemas de controle de documentos e arquivos;

XIII - garantir o correto arquivamento da documentação;

XIV - coordenar as ações de monitoramento da execução física e financeira de cada uma das ações programadas, como parte do sistema de monitoramento e avaliação dos Programas;

XV - elaborar pareceres técnicos em sua área de competência; e

XVI - elaborar relatório das atividades desenvolvidas pelo Programa, em sua área de competência.

Parágrafo único. Caberá aos assessores especiais dar suporte técnico e administrativo as decisões e demais demandas do respectivo coordenador, dentro das funções e atribuições da coordenação.

Art. 12. Ficam criados os cargos em comissão de Coordenador Geral, de Coordenador Executivo, de Coordenador do projeto de Urbanização e recuperação do rio Jaguaribe, de Coordenação do projeto de Reestruturação do sistema de transporte público, de Coordenador do projeto de Melhoria da mobilidade e acessibilidade da área central, de Coordenador de Aspectos Ambientais, de Coordenador de Aspectos Sociais, de Coordenador Administrativo e Financeiro, e demais assessores, conforme Anexos I e II.

Parágrafo único. Todos os cargos são de livre nomeação e possuem como requisito graduação em nível superior e experiência comprovada na área.

Art. 13. À Comissão Especial de Licitação (CEL) compete:

I – Apoiar a montagem dos processos de aquisição contendo os editais, orçamentos, minutas de contratos e respectivos Projetos, Termos de Referência ou Especificações Técnicas, elaborados pelos órgãos técnicos competentes, relativos às aquisições dos Programas, de acordo com as políticas de contratação, salvaguardas, condições e cláusulas contratuais exigíveis para a utilização dos recursos da AFD e da AECID

II – Proceder às aquisições de acordo com as políticas de contratação, salvaguardas, condições e cláusulas contratuais exigíveis para a utilização dos recursos da AFD e da AECID;

III – Presidir os processos de contratação e coordenar a instrução do mesmo, de acordo com as informações, pareceres e decisões emitidas pela Coordenação Geral e Coordenações Temáticas;

IV – Proceder à publicação dos editais e processos de aquisição, de acordo com as políticas internacionais aplicáveis e a legislação nacional vigente;

V – Fornecer as informações necessárias, dentro de sua competência, às respostas a questionamentos por parte de concorrentes, tribunais de contas, ministérios públicos, entidades

financiadoras e os procedimentos de desembaraço de processos e recursos administrativos e judiciais porventura interpostos por quaisquer circunstâncias;

VI – Encaminhar à UGP em tempo hábil toda e qualquer informação relativa a processos administrativos e de aquisições referentes aos Programas;

VII – Proceder todos os atos necessários ao perfeito andamento das aquisições relativas ao Programa.

Art. 14. Ao final dos Programas, os cargos criados serão extintos por Decreto do Poder Executivo.

Art. 15. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Planejamento de João Pessoa, suplementadas, se necessário.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 1º de março de 2024, 136º da República.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
PREFEITO

Autoria: Executivo Municipal

ANEXO I
QUADRO DE PESSOAL
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
NÍVEL DE COORDENAÇÃO

Quantidade	Cargo	Remuneração	Simbologia
01	Coordenador Geral	R\$ 15.000,00	CG-UGP
01	Coordenador Executivo	R\$ 10.000,00	CE-UGP
01	Coordenador do projeto de Urbanização e Recuperação do rio Jaguaribe	R\$ 7.500,00	CURJ-UGP
01	Coordenador do projeto de Reestruturação do Sistema de Transporte Público	R\$ 7.500,00	CRSTP-UGP
01	Coordenador do projeto de Melhoria da Mobilidade e Acessibilidade da Área Central	R\$ 7.500,00	CMAC-UGP
01	Coordenador de Aspectos Ambientais	R\$ 7.500,00	CAA-UGP
01	Coordenador de Aspectos Sociais	R\$ 7.500,00	CAS-UGP
01	Coordenador Administrativo e Financeiro	R\$ 7.500,00	DAF-UGP

ANEXO II
QUADRO DE PESSOAL
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
NÍVEL DE ASSESSORAMENTO

Quantidade	Cargo	Simbologia
03	Membro da Comissão Especial de Licitação	DAE-2
01	Assessor Jurídico	DAE-2
04	Assessor técnico com conhecimento na área de arquitetura e urbanismo	DAE-3
02	Assessor técnico com formação e conhecimento na área de projeto de engenharia viária	DAE-3
01	Assessor técnico especialista em hidrologia	DAE-3
02	Assessor técnico com formação e conhecimento na área de projeto de engenharia	DAE-3
01	Assessor técnico com conhecimento na área de Patrimônio Histórico e Cultural	DAE-3
01	Assessor técnico com conhecimento em contabilidade pública	DAE-3
01	Assessor técnico com formação em comunicação.	DAE-3
01	Assessor técnico com conhecimento em gestão pública	DAE-3

LEI ORDINÁRIA Nº 15.105, DE 1º DE MARÇO DE 2024.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam linearmente reajustados, a partir de 01 de janeiro de 2024, em 5% (cinco por cento) os valores do vencimento básico dos seguintes servidores municipais:

I – Profissionais da área da Saúde, constantes na Lei Complementar 51, de 07 de abril de 2008 e Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias regidos pela Lei 13.187 de 04 de abril de 2016;

II – Do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico, Técnico e Superior da Lei Complementar nº 59, de 29 de março de 2010;

III - Profissionais da Educação do Município de João Pessoa, regidos pela Lei Complementar 60, de 29 de março de 2010;

IV – Procuradores do Município, regidos pela Lei complementar 61, de 10 de dezembro de 2010, com alterações posteriores;

V – do Grupo Funcional da Guarda Civil Municipal, previsto na Lei Complementar 66, de 30 de novembro de 2011;

VI – Do Quadro Especial da Carreira de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia, previsto na Lei Complementar nº 98, de 4 de abril de 2016;

VII – Auditores Municipais de Controle Interno e Técnicos Municipais de Controle Interno, incluídos na Lei nº 13.411, de 24 de março de 2017;

VIII – Do Quadro de Pessoal dos servidores do Instituto de Previdência do Município – IPM, previsto pela Lei Complementar nº 79, de 21 de janeiro de 2013;

IX – Do Quadro de Pessoal dos servidores da Superintendência da Mobilidade Urbana – SEMOB, previsto pela Lei Complementar nº 67, de 26 de dezembro de 2011;

X- Do Quadro de Pessoal efetivo da Superintendência de Limpeza Urbana – EMLUR.

Art. 2º Ficam reajustadas, a partir de 01 de janeiro de 2024, em 5% (cinco por cento), as pensões e aposentadorias concedidas por esta municipalidade, aos grupos de servidores mencionados no art. 1º desta Lei, reajustados de acordo com o art. 40, §§ 8º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 1º de março de 2024, 136º da República.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
PREFEITO

Autoria: Executivo Municipal

Página 2 de 2

LEI ORDINÁRIA Nº 15.112, DE 08 DE MARÇO DE 2024.

PRORROGA O PROGRAMA JOÃO PESSOA
SOLIDÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA,
FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:

Art. 1º É instituído o Programa João Pessoa Solidária, como política de superação das crises econômica e alimentar causadas pela pandemia da COVID-19.

Art. 2º O objetivo do Programa João Pessoa Solidária é arrecadar alimentos para famílias carentes inscritas em cadastros sociais da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), estimulando a solidariedade entre os habitantes do município.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal diretamente, por meio de suas secretarias e órgãos, ou indiretamente, por meio de convênios firmados como pessoas jurídicas, estabelecerá pontos para arrecadação de alimentos.

Parágrafo único. A definição dos lugares e a instalação da estrutura física para arrecadação dos alimentos e armazenamento serão de responsabilidade do município.

Art. 4º Como forma de estimular a adesão ao Programa João Pessoa Solidária, a PMJP fica autorizada a adquirir cotas de patrocínios do Botafogo Futebol Clube (BFC), associação esportiva, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n.º 08.951.311/0001-48.

§ 1º A cota de publicidade será paga em 8 (oito) parcelas mensais de R\$ 127.500,00 (cento e vinte e sete mil quinhentos reais) cada, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da PMJP, compreendendo o período de 1º de março de 2024 até outubro de 2024.

§ 2º Os recursos de que trata este artigo serão geridos de forma direta pelo BFC, vedada sua utilização para pagamento de acordo trabalhista decorrente de temporadas anteriores.

§ 3º O BFC somente poderá utilizar os recursos do patrocínio nas finalidades institucionais do clube, ficando obrigado a prestar contas, até o 10º dia útil do mês subsequente ao recebimento de cada parcela.

§ 4º Cada pagamento fica condicionado à efetiva prestação de contas da parcela anterior, bem como a apresentação de certidão negativa de débitos municipais (ou positiva com efeitos de negativa).

Art. 5º Como contrapartida social, até o término da temporada 2024 de futebol, o BFC cederá à PMJP os direitos de imagem de seus jogadores e jogadoras, do escudo e da bandeira

Página 1 de 2

do próprio clube para serem utilizados em material publicitário do Programa João Pessoa Solidária.

§ 1º A adesão por parte do BFC ao programa pressupõe a cessão específica dos direitos de imagem de cada um dos atletas contratados pelo clube para competições masculina e feminina da temporada de 2024.

§ 2º O BFC poderá utilizar os direitos de imagem de seus atletas em qualquer outra campanha.

Art. 6º Também como forma de contrapartida social, o BFC disponibilizará à PMJP até o término da temporada 2024 de futebol, toda estrutura da sua escolinha de futebol para serem ministradas aulas para os alunos das escolas da rede pública municipal.

Art. 7º A PMJP disporá de espaço na camisa utilizada pelo BFC nos jogos oficiais de competições da temporada 2024, backgrounds utilizados em entrevistas e canais de mídias sociais do BFC.

Parágrafo único. O espaço na camisa será utilizado, preferencialmente, para divulgar o turismo de João Pessoa e, nas demais mídias, será utilizado o brasão institucional da PMJP ou outra arte representativa de Programa da PMJP.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 08 de março de 2024, 136º da República.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
PREFEITO

Autoria: Executivo Municipal

Página 2 de 2

LEI ORDINÁRIA Nº 15.113, DE 08 DE MARÇO DE 2024.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL – FAR, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA,
FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei autoriza o Poder Executivo a fazer doação de terreno pertencente ao Patrimônio do Município de João Pessoa ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, para construção de unidades habitacionais, do Programa Minha Casa, Minha Vida, de acordo com a Portaria MCID Nº 1.482, de 21 de Novembro de 2023, do Ministério das Cidades.

Art. 2º É objeto da presente doação o terreno sob Número de Ordem 72976, do Registro Geral do 1º Ofício do Registro de Imóveis (Zona Sul) da Comarca de João Pessoa e, de acordo com a transcrição consiste em lote de terreno sob o nº 2.044, cadastrado na PMJP sob St. 10, Qd. 069, Lt. 2.044, situado na rua Alfredo Dias Pinto, no bairro de Marés, nesta Capital, lote esse que se originou do lote de terreno onde existiu o prédio 105, medindo dito lote 96m,00 onde se limita com a rua Projetada, 113m,00 onde se limita com a rua Alfredo Dias Pinto, 96m,00 onde se limita com terreno de terceiros e 113m,00 onde se limita com o lote 1.740, com Inscrição Municipal nº 259792-6.

Art. 3º O Fundo de Arrendamento Residencial – FAR não poderá, sob qualquer hipótese, dar destinação diferente aos terrenos de que trata a presente Lei, sob pena de ser a doação revogada, sem que a mesma receba qualquer indenização de edificação ou benfeitoria no terreno concedido.

Art. 4º A escritura de transferência de propriedade deverá conter cláusula de reversão do terreno, caso ocorra alteração da finalidade da doação.

Página 1 de 2

Art. 5º Não sendo implementado o objeto desta doação no prazo de 05 (cinco) anos, cessarão automaticamente os efeitos da doação, salvo ocorrência de fatos supervenientes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 08 de março de 2024, 136º da República.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
PREFEITO

Autoria: Executivo Municipal

Página 2 de 2



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 0DE5-1A0E-7E3A-8426

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 13/03/2024 15:21:57 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0DE5-1A0E-7E3A-8426>

LEI ORDINÁRIA Nº 15.121, DE 14 DE MARÇO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS (AUC) E A DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) EM ÁREA URBANA CONSOLIDADA (AUC), NOS TERMOS DO QUE ESTABELECE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, A LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 E A LEI Nº 14.285, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei delimita as Áreas Urbanas Consolidadas (AUC) que ocupam área de preservação permanente ao longo de cursos d'água naturais do Município de João Pessoa, de acordo com o art. 3º, inciso XXVI, da Lei nº 12.651/2012, com redação dada pelo art. 2º da Lei nº 14.285/2021, e define as faixas marginais de Área de Preservação Permanente (APP) para os cursos d'água em Área Urbana Consolidada (AUC).

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Áreas Urbanas Consolidadas (AUC): aquela que atende os seguintes critérios:

- a) estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica;
- b) dispor de sistema viário implantado;
- c) estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados;
- d) apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas à prestação de serviços;
- e) dispor de, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:
1. drenagem de águas pluviais;

2. esgotamento sanitário;

3. abastecimento de água potável;

4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e

5. limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

Página 1 de 3

II – Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Art. 3º A definição de critérios para delimitar as Áreas Urbanas Consolidadas (AUC) e a modificação das faixas marginais de Área de Preservação Permanente (APP) para os cursos d'água em Área Urbana Consolidada (AUC) deverá estar baseada em Estudos Técnicos Socioambientais específicos relativos à cada curso d'água a ser analisado.

Art. 4º Em Área Urbana Consolidada (AUC) a correspondente Área de Preservação Permanente (APP) será constituída por faixas marginais de qualquer curso d'água natural, perene ou intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura a ser definida nos estudos mencionados no art. 3º para o trecho do curso d'água afetado e formalizada por ato do Poder Executivo.

§ 1º Devem ser mantidas com clara margem de segurança as Área de Preservação Permanente (APP) nas faixas marginais de qualquer curso d'água em Área Urbana Consolidada (AUC) que esteja sujeita a alagamento por enchentes.

§ 2º Havendo arruamento oficial existente e aprovado por Lei, a faixa marginal de proteção dos recursos hídricos não poderá ultrapassá-lo, sendo a via pública a interface de limite para fins de delimitação da Área de Preservação Permanente – APP.

§ 3º Havendo um mapeamento atualizado das áreas de riscos, susceptíveis a alagamento para o Município de João Pessoa, a delimitação das Áreas de Preservação Permanentes poderá sofrer alterações.

Art. 5º As atividades ou os empreendimentos a serem instalados nas áreas de preservação permanente urbanas devem observar os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, conforme Lei nº 12.651/2012.

§ 1º Em Área Urbana Consolidada (AUC), as obras já finalizadas que se encontrem em Área de Preservação Permanente (APP) podem ser regularizadas, desde que atendam os critérios urbanísticos exigidos pelo Plano Diretor do Município.

§ 2º Não poderão ser regularizadas as obras em Área de Preservação Permanente (APP) que representem significativo dano ambiental, situação de risco ou em local de interesse ecológico relevante assim declarado em legislação própria.

Página 2 de 3

Art. 6º A regularização de obras em Área de Preservação Permanente (APP) implica compensação ambiental, além da recuperação da área remanescente.

§ 1º A compensação ambiental será calculada da seguinte forma:

$$VCA=A\cdot VV$$

Onde:

VCA: Metragem da Compensação Ambiental;

A: Área do terreno a ser regularizada expressa em metros quadrados (m²);

VV: Valor venal do metro quadrado do terreno colhido do IPTU.

§ 2º Quando se tratar de edificação já existente e que esteja munida de Alvará de Construção ou Habite-se, não se aplica a previsão de medida de compensação ambiental.

Art. 7º Não havendo vegetação arbórea nativa na Área de Preservação Permanente – APP do imóvel, deverá ser apresentado um Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD para a efetiva recuperação da APP.

Parágrafo único. A Área de Preservação Permanente deverá ser recuperada nos casos em que o proprietário desejar obter um novo uso para o imóvel, como aterro, terraplanagem, corte de vegetação, edificação, ou nos casos em que o poder municipal achar necessário, devendo todas as intervenções estarem devidamente autorizadas pelo Órgão competente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 14 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
PREFEITO

Autoria: Executivo Municipal

Página 3 de 3

LEI ORDINÁRIA Nº 15.122, DE 14 DE MARÇO DE 2024.

AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA SEINFRA ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO, DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Realocar Dotações Orçamentárias na Secretaria de Infraestrutura no valor de R\$ 3.060.000,00 (três milhões e sessenta mil reais), por Transposição, Remanejamento e Transferência de Recursos de uma Categoria Econômica para Outra, exclusivamente para atender às insuficiências registradas nas dotações orçamentárias relativas ao Grupo de Natureza da Despesa: 4 – INVESTIMENTOS.

Parágrafo único. O Órgão do Poder Executivo que será objeto da Realocação de Dotações Orçamentárias de que trata o caput, está especificado no Anexo I – para o Acréscimo e o Anexo II – para a Redução de que trata esta Lei.

Art. 2º A Realocação de Dotações Orçamentárias ocorrerá na Classificações Funcionais e Programas integrantes do Órgão que compõe a Estrutura Organizacional Básica do Município na estrita obediência aos limites e às condições fixadas no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º O Decreto de Realocação de Dotações Orçamentárias Autorizado por esta Lei, explicitará a Classificação Institucional e Funcional, bem como da Modalidade de Aplicação das Dotações Orçamentárias a serem estornadas e os Programas e as Despesas para as quais serão transferidos, remanejados e/ou transpostos os valores daquelas dotações.

Página 1 de 4

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificador/70AC-91B3-9C8B-A325> e informe o código 70AC-91B3-9C8B-A325



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificador/70AC-91B3-9C8B-A325> e informe o código 70AC-91B3-9C8B-A325



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificador/70AC-91B3-9C8B-A325> e informe o código 70AC-91B3-9C8B-A325



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificador/70AC-91B3-9C8B-A325> e informe o código 70AC-91B3-9C8B-A325



Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
PREFEITO

Anexo I

App Base: 2024

 Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCIANA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.gov.br/verificacao> e informe o código 704C-91B3-9C89-A325

Anexo II

Redução

App Base: 2024

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://lcp.cnpj.gov.br/validar>

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial para inclusão de novas Fontes de Recursos na Estrutura Orçamentária da Secretaria da Administração e na Secretaria Municipal de Habitação Social no valor global de R\$ 2.436.885,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta e seis mil e oitocentos e oitenta e cinco reais), na forma abaixo discriminada:

R\$

2.435.385,00

16.482.534.241.175 – ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA A ÁREA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
4.4.90–1501–OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS.....	500,00
4.5.90–1501–OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS.....	500,00

10.451.557/2.241.186 – PROGRAMA INTEGRADO DE HABITAÇÃO	
4.4.90 – 1701 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS.....	500,00
TOTAL	2.436.885,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do Crédito Especial de que trata o artigo anterior, correrão por conta de anulação de dotações orçamentárias e do Excesso de Arrecadação referente a Inscrição em Concursos e Processos Seletivos, de acordo com o artigo 43, § 1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminação a seguir:

08.101=SEPLAN-ACÇÕES DE GOVERNO

15.451.5365.081290-IMPLANTACÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS ESPECIAIS

Página 1 de 2

R\$

500.00

72.303-FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
08.241.5558.624455 – AÇÕES DO CMDI NO CONTROLE SOCIAL VOLTADO
À POLÍTICA PARA PESSOA IDOSA

3.3.90-1501-OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS.....	1.000,00
SUBTOTAL.....	1.500,00

**EXCESSO DE ARRECADAÇÃO REFERENTE A INSCRIÇÃO
EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS
(CÓDIGO RECEITA: 1.6.1.1.02.0.1).....**

TOTAL GERAL.....	2.436.885,00
------------------	--------------

Art. 3º As novas Fontes de Recursos referenciadas no artigo 1º, serão alocadas na programação constante do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, relativas ao exercício financeiro de 2024.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 14 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
PREFEITO

Autoria: Executivo Municipal

assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://psoappessoa.1doc.com.br/verificador/70AC-91B3-9C89-A325> e informe o código 70AC-91B3-9C89-A325

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 70AC-91B3-9C89-A325

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 14/03/2024 15:03:52 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/70AC-91B3-9C89-A325>

PORTARIA Nº. 251

Em, 11 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 10.429/2005, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Memorando nº 36.086/2024.

RESOLVE:

I – Nomear VIVIAN STEVE DE LIMA, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA da SECRETARIA DA SAÚDE.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 497E-1AF1-0CDE-87C6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 13/03/2024 15:25:50 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/497E-1AF1-0CDE-87C6>

PORTARIA Nº. 253

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 0026 de 04 de março de 2024.

RESOLVE:

I – Exonerar SERGIO MACENA ALVES, matrícula nº 24.202-1, do cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTAS da SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E RECREAÇÃO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 254

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 0026 de 04 de março de 2024.

RESOLVE:

I – Exonerar EMANOEL WEBER POLARI DE FIGUEIREDO, matrícula nº 103.656-6, do cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE TÉCNICO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS da SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E RECREAÇÃO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 255

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 0025 de 04 de março de 2024.

RESOLVE:

I – Exonerar JAIRO FURTADO WANDERLEY, matrícula nº 95.033-5, do cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS da SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E RECREAÇÃO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C82E-6360-789F-594D> e informe o código C82E-6360-789F-594D



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C82E-6360-789F-594D> e informe o código C82E-6360-789F-594D



PORTARIA Nº. 256

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 0025 de 04 de março de 2024.

RESOLVE:

I – Nomear SERGIO MACENA ALVES, matrícula nº 95.033-5, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS da SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E RECREAÇÃO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 257

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 0028 de 04 de março de 2024.

RESOLVE:

I – Exonerar ANA CLARA DE MELO SOARES, matrícula nº 106.665-1, do cargo em comissão, símbolo DAS-2 de CHEFE DO SERVIÇO DE ESPORTES RADICAIS da SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E RECREAÇÃO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 258

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 0028 de 04 de março de 2024.

RESOLVE:

I – Nomear JOARLAN JERÔNIMO DE SOUSA, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-2 de CHEFE DO SERVIÇO DE ESPORTES RADICAIS da SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E RECREAÇÃO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 259

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 0026 de 04 de março de 2024.

RESOLVE:

I – Nomear EMANOEL WEBER POLARI DE FIGUEIREDO, matrícula nº 103.656-6, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTAS da SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E RECREAÇÃO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 260

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 0027 de 04 de março de 2024.

RESOLVE:

I – Nomear LUCAS MACENA ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE TÉCNICO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS da SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E RECREAÇÃO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 265

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear SILVANO BARBOSA PEREIRA, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA SEÇÃO DE EVENTOS da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

II – Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 01 de abril de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C32E-6360-789F-594D>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C32E-6360-789F-594D>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C32E-6360-789F-594D>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C32E-6360-789F-594D>



PORTARIA Nº. 266

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar DEBORA CARLA ALVES BEZERRA, matrícula nº 102.565-3, do cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DE GABINETE da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 267

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.559/2022, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear JOÃO GABRIEL FALCÃO DA CUNHA LIMA ALVES, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE TÉCNICO DA CHEFIA DE GABINETE da SECRETARIA DE TURISMO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 271

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar LUIS CLAUDIO PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 103.725-2, do cargo em comissão, símbolo DAI-1 de ENCARREGADO DE MERCADO DE 2ª CATEGORIA da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 272

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear RAQUEL BATISTA FEITOSA RUFFO, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAI-1 de AUXILIAR DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 273

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar VILMA BETANIA QUINTANS BRITO, matrícula nº 86.086-7, do cargo em comissão, símbolo DAE-3 de ASSESSOR TÉCNICO da SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 274

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear ANA ALINE DE OLIVEIRA JACINTO, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de ASSESSOR TÉCNICO da SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: C82E-6360-789F-594D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 13/03/2024 15:55:27 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C82E-6360-789F-594D>

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C82E-6360-789F-594D>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C82E-6360-789F-594D>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C82E-6360-789F-594D>



PORTARIA Nº. 276

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Memorando nº 22.213/2024.

RESOLVE:

I – Exonerar THIAGO ARAUJO CONDE, matrícula nº 101.301-9 do cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 8BDB-5F5F-D894-924B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 14/03/2024 15:08:36 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/8BDB-5F5F-D894-924B>

PORTARIA Nº. 277

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Memorando nº 37.882/2024.

RESOLVE:

I – Exonerar ALYSSON BERNARDO MEIRA, matrícula nº 101.383-3, do cargo em comissão, símbolo DAE-3 de CHEFE DA ASSESSORIA ESTRATÉGICA da SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 08 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 278

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Memorando nº 37.882/2024.

RESOLVE:

I – Nomear PIERRE ALEXSANDER SILVA ISAAC, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de CHEFE DA ASSESSORIA ESTRATÉGICA da SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 11 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 9C51-154E-3A3E-3706

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 14/03/2024 15:06:32 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/9C51-154E-3A3E-3706>

PORTARIA Nº. 297

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear JOSÉ WILL RODRIGUES SOBRINHO, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DE COMPETIÇÃO NOS ESPORTES INDIVIDUAIS da SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E RECREAÇÃO..

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/8BDB-5F5F-D894-924B>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/9C51-154E-3A3E-3706>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/9C51-154E-3A3E-3706>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/9C51-154E-3A3E-3706>



PORTARIA Nº. 298

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

- I – Nomear MANUELLA RIBEIRO XIMENES LEMOS, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de ASSESSOR TÉCNICO da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.
- II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO

Prefeito

PORTARIA Nº. 299

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

- I – Exonerar MAX ONILDO NOBREGA CAVALCANTE, matrícula nº 103.740-1 do cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSESSOR DE APOIO COMUNITÁRIO da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.
- II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO

Prefeito

PORTARIA Nº. 300

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

- I –Nomear ISRAEL ALVES VILA NOVA para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSESSOR DE APOIO COMUNITÁRIO da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.
- II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO

Prefeito

PORTARIA Nº. 303

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do ofício nº 029/SEDHUC de 01 de fevereiro de 2024.

RESOLVE:

- I – Nomear PAULO ALBERTO BEZERRA PAZ, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAI-1 de ASSISTENTE DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.
- II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO

Prefeito

PORTARIA Nº. 304

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 0037/2024-SEDHUC.

RESOLVE:

- I – Exonerar ISMENIA MARQUES CAMPOS, matrícula nº 101.542-9 do cargo em comissão, símbolo DAS-1 de DIRETORA DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.
- II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO

Prefeito

PORTARIA Nº. 305

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

- I – Exonerar JOSE KLEBERT CHAVES LIMEIRA, matrícula nº 101.443-1, do cargo em comissão, símbolo DAS-1 de SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.
- II – Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 31 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO

Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C82E-6360-789F-594D>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C82E-6360-789F-594D>



PORTARIA Nº. 306

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear ALANA CARVALHO PEREIRA DE LIMA para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.

II – Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 01 de abril de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO

Prefeito

PORTARIA Nº. 307

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar GEOVANI FERREIRA GUIMARÃES, matrícula nº 97.598-2, do cargo em comissão, símbolo DAE-1 de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA COORDENADORIA ESPECIAL DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO

Prefeito

PORTARIA Nº. 308

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear GEOVANI FERREIRA GUIMARÃES, matrícula nº 97.598-2, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-1 de CHEFE DE GABINETE DA COORDENADORIA ESPECIAL DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO

Prefeito

PORTARIA Nº. 309

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Nomear PABLO LIMA XAVIER, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-1 de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA COORDENADORIA ESPECIAL DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO

Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C82E-6360-789F-594D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 13/03/2024 15:55:27 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C82E-6360-789F-594D>

PORTARIA Nº. 310

Em, 12 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Memorando nº 22.213/2024.

RESOLVE:

I – Nomear SIDCLEY DE LIMA FALCÃO para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO

Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C82E-6360-789F-594D>

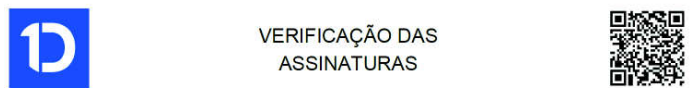


Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C82E-6360-789F-594D>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C82E-6360-789F-594D>





Código para verificação: 8BDB-5F5F-D894-924B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 14/03/2024 15:08:36 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8BDB-5F5F-D894-924B>

PORTARIA Nº. 317

Em, 13 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Exonerar, a pedido, KELSON DE ASSIS CHAVES, matrícula nº 94.912-4, do cargo, símbolo SMN-1 de COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE JOÃO PESSOA.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

PORTARIA Nº. 318

Em, 13 de março de 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores.

RESOLVE:

I – Designar JAILTON GOMES BEZERRA, matrícula nº 95.111-1, para responder pelo cargo, símbolo SMN-1 de COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE JOÃO PESSOA, até ulterior deliberação.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



Código para verificação: 62EB-0AC0-61C0-E462

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 14/03/2024 15:10:19 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/62EB-0AC0-61C0-E462>

PORTARIA Nº. 322

Em, 13 de março de 2024

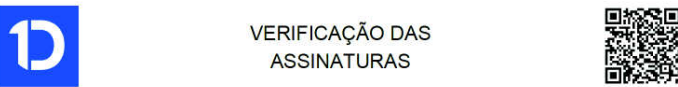
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei nº 14.378/2021, e alterações posteriores e tendo em vista o que consta no Memorando 40.367/2024

RESOLVE:

I –Nomear MARIA BEATRIZ GENERINO, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE TÉCNICO DA DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS, da SECRETARIA EXTRAORDINARIA DE POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito



Código para verificação: 3871-F189-5FBD-95EA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 14/03/2024 15:11:12 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/3871-F189-5FBD-95EA>

